

Património arquitectónico das redes de equipamentos públicos

No contexto do presente número da *Pedra & Cal* sobre o património arquitectónico dos caminhos-de-ferro vale a pena lembrar a importância do tema no que se refere a outras redes de equipamentos públicos. Questão ainda mais actual perante a iniciativa do Governo da alienação em grande escala do património imóvel do Estado obsoleto ou desocupado. Apesar de, na generalidade dos casos, a dimensão, a diversidade e a valia arquitectónica dessas outras redes não ser comparável à dos caminhos-de-ferro, a necessidade do seu estudo e eventual protecção não deixa de ser imperiosa.

O universo que estamos a referir é imenso e tem conhecido sorte variável nos últimos anos como é, por exemplo, o caso das delegações do Banco de Portugal. Construídos em grande parte na primeira metade do século passado, trata-se de edifícios de arquitectura de autor e excelente construção, presentes em grande parte das cidades portuguesas (e não apenas nas capitais de distrito), portadores de elevada carga simbólica e até monumental e que vêm sendo gradualmente desocupados. Qual o seu estado actual? A que instituições têm sido vendidos? Quais os novos usos a que têm sido destinados? Quais as alterações que eventualmente tenham sofrido? Tudo isto são questões desconhecidas da opinião interessada ou, até, das entidades responsáveis pelo património que, embora não classificado, merece ser protegido pela importância que assume nas nossas cidades.

Outra situação é, por exemplo, a dos postos da antiga Guarda Fiscal que têm estado a ser alienados ao longo da frente marítima e da fronteira terrestre. Sabe-se vagamente que têm sido comprados por particulares para residências de férias e



Dispensário da Assistência Nacional aos Tuberculosos

eventualmente por entidades como câmaras municipais, juntas de freguesia ou comissões regionais de turismo. Pode ser que se trate de edifícios incaracterísticos, construídos caso-a-caso. Mas não seria interessante conhecer as respectivas tipologias e descobrir eventualmente projectos-tipo na origem de muitos deles?

E aqui deparamo-nos com uma outra interessante questão: a dos projectos-tipo que foram elaborados para alguns destes equipamentos, em muitos casos hoje degradados, votados a outros usos, substancialmente alterados ou até desaparecidos. Situações hoje correntes nos edifícios escolares das primeiras gerações, como as escolas Conde de Ferreira e até as projectadas por Adães Bermudes, as primeiras erguidas ainda no séc. XIX por um benefício retornado do Brasil. Conhecem-se casos em que foram adquiridas pelos municípios para aí serem instalados serviços de mais variada índole. Mas onde um estudo que permita o conhecimento da sua implantação no território, do estado de conservação e dos actuais usos da que terá sido a primeira rede de equipamentos públicos projectada e construída em série? Excelente tema para uma tese de mestrado em arquitectura...

Ainda no domínio de projectos-tipo que

pontuaram o território em meados do século passado podem apontar-se os dispensários da Assistência Nacional aos Tuberculosos e os postos da extinta Polícia de Viação e Trânsito. Os primeiros, da autoria de Carlos Ramos nos anos 30, de forte sabor regionalista, terão antecipado a vaga do “Português Suave” que inundou o país na década seguinte sob a batuta de Duarte Pacheco, em cumprimento das ordens de Salazar. Os da PVT, que ainda se vêem ocasionalmente à entrada de algumas cidades nas antigas estradas nacionais, conheceram duas gerações: a inicial, marcada pelo primeiro modernismo, e a segunda, objecto de concurso público nos anos 50. E ainda, no campo rodoviário, as casas de cantoneiros, hoje em parte saqueadas e outras reconvertidas.

Poder-se-ia ainda referir os edifícios dos CTT, os hospitais, os tribunais, os quartéis, e tantos outros. Mas aqui trata-se de redes de equipamentos de enorme dimensão, demasiado diversificados em termos de tipologias e de épocas de construção, remontando desde os conventos extintos em 1834, e por isso pouco susceptíveis de um estudo sistematizado.

Ao fim e ao cabo, perante este património de construção pública geralmente não classificado e que se vai adulterando, delapidando e pulverizando em termos de propriedade, haveria que promover o seu conhecimento, averiguar da importância da respectiva preservação e estabelecer regras de reutilização que pudessem ser aplicadas de forma descentralizada sob a responsabilidade dos municípios.

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA,
Arquitecto.